



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL PARA ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DECORRENTE DE FLUXO MIGRATÓRIO PROVOCADO POR CRISE HUMANITÁRIA

Às onze horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte, iniciou-se a décima quarta reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial - CFAE, na sala noventa e sete, quarto andar do Palácio do Planalto. Estavam presentes os membros e/ou suplentes do Comitê Federal de Assistência Emergencial, além de demais participantes, conforme lista de presença anexa: Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, Sérgio José Pereira; Thiago Meirelles Fernandes Pereira, Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República; Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Heitor Freire de Abreu; Secretário Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Cláudio de Castro Panoeiro (videoconferência); Subsecretário de Arrecadação, Cadastro e Atendimento da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Economia, Frederico Igor Leite Faber (videoconferência); Secretária de Modalidades Especializadas de Educação, do Ministério da Educação, Ilda Ribeiro Peliz; Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco; Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento Regional, Daniel de Oliveira Duarte Ferreira (videoconferência); Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Viviane Petinelli e Silva (videoconferência); Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Douglas Bassoli; Coronel Carlos Alexandre de Souza, em Substituição ao Coordenador Operacional - Força-tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida (videoconferência); David Antônio Lustosa de Oliveira, Coordenador-Geral de Informações Estratégicas da Diretoria da Gestão da Informação da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República; Flávio Henrique Diniz Pereira, Coordenador-Geral de Política Migratória do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Coordenador Suplente do Subcomitê Federal de Recepção, Identificação e Triagem do CFAE (videoconferência); Tenente Brigadeiro do AR João Tadeu Fiorentini, Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto do Ministério da Defesa e 2º Suplente no CFAE; Luana Gonçalves Gehres, Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde e Coordenadora do Subcomitê Federal para Ações em Saúde do Comitê Federal de Assistência Emergencial; Neyton Araújo Pinto, Assessor Especial da Assessoria de Comunicação da Casa Civil da Presidência da República e coordenador da Assessoria de Comunicação do Comitê Federal de Assistência Emergencial; Niusarete Margarida de Lima, Assessora Especial para Migração da Secretaria Nacional de Assistência Social da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania e Coordenadora dos Subcomitês Federais de Acolhimento para Imigrantes Vulneráveis e para Interiorização do Comitê Federal de Assistência Emergencial; Orlando Oliveira dos Santos, Diretor da Diretoria da Gestão da Informação da Secretaria-Executiva da Casa



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Civil da Presidência da República e Coordenador da Assessoria da Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial; Rogério Baptista Fernandes, Assessor da Subchefia Adjunta de Políticas Sociais da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República (videoconferência); Selaide Rowe Camargo, Subchefia Adjunta de Políticas Sociais da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República ; Viviane de Souza Ferro, Subchefia Adjunta de Políticas Sociais da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República. O **Secretário-Executivo da Casa Civil, Sérgio José Pereira**, cumprimentou os presentes e deu início à reunião, informando os objetivos definidos: 1) apresentar o balanço das atividades da assistência humanitária emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos no âmbito da Operação Acolhida; 2) registrar os informes gerais sobre as pautas em andamento e finalizadas; e 3) realizar o encaminhamento final. Em seguida, passou à palavra ao **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, com vistas à apresentação do balanço das atividades no âmbito da Operação Acolhida. O **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, passou então a coordenar as apresentações relativas ao balanço das atividades, conforme a seguir: 1) **Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes: Flávio Henrique Diniz Oliveira, do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, apresentou um estudo de caso sobre o impacto das restrições nas fronteiras sobre as entradas de venezuelanos, destacando que, até o dia 16 de dezembro de 2020, haviam sido registradas 46 mil entradas, o que representava 19% do total de entradas de 2019. Ressaltou também a retomada dos serviços de migração pelo Departamento de Migrações, pelo Conselho Nacional de Imigração, pelo Comitê Nacional para os Refugiados e pela própria Polícia Federal, esclarecendo que o serviço interno não teve problemas, mas que o atendimento na ponta pela Polícia Federal estava suspenso há alguns meses. Mencionou haver certa demanda reprimida, mas que a própria Polícia Federal, em seu normativo, flexibilizou alguns prazos para que até março de 2021 possam ser renovados protocolos, vistos de visitantes e, se for necessário, outros ajustes serão feitos posteriormente. Disse que os Subcomitês Federais realizaram reuniões conjuntas após a pandemia (COVID-19) para tratar dos temas de interesse das ações emergenciais no âmbito da Operação Acolhida. Informou que no dia 4 de dezembro foi realizada a 5ª Reunião Ordinária do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, na qual houve apresentação de dados sobre migração da Polícia Federal, os quais revelaram a diminuição expressiva não só dos números de controle migratório, mas também dos pedidos de residência e refúgio, devido às restrições de entrada no Brasil. Outro ponto mencionado pelo representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, afeta ao Subcomitê Federal de Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, refere-se à parceria com a Organização Internacional para as Migrações – OIM, com vistas à elaboração de um informativo mais conciso, para o público em geral, sobre assuntos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

relacionados à entrada no Brasil, registro e solicitações de refúgio, com previsão de divulgação a partir de janeiro de 2021. Acrescentou que vários imigrantes solicitaram CPF e regularização para recebimento do auxílio emergencial do governo Federal. Em termos de CPF, foi informado terem sido concedidos, em 2020, cerca de 36 mil CPFs, no âmbito da Operação Acolhida. 2) **Subcomitês Federais de Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade e para Interiorização.** Niusarete Lima, do **Ministério da Cidadania**, apresentou as ações mais significativas, começando pelo **Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade**. Informou que permanece a gestão de 9 abrigos federalizados em Roraima, esclarecendo que inicialmente eram 13 abrigos, mas que 4 foram desativados em função do fechamento da fronteira e, ainda, para otimizar recursos no âmbito da Operação Acolhida, tendo sido feito um remanejamento tanto dos migrantes e refugiados que estavam nesses abrigos como das equipes de trabalho. Disse que a gestão está sendo feita em articulação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e, mediante acordo de cooperação, com as entidades implementadoras, Fraternidade Internacional (FFHI), Fraternidade Sem Fronteiras e Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), as quais contam com o apoio logístico da Coordenação Operacional do Comitê Federal de Assistência Emergencial - Força-tarefa Logística e Humanitária (Operação Acolhida) realizado pelas Forças Armadas. Acrescentou que, atualmente, encontra-se pendente apenas o remanejamento da população indígena Warao, da ocupação espontânea Kaubanocu para o Abrigo São Vicente, cujas adequações estão sendo feitas gradativamente. Esclareceu que os abrigos em operação têm capacidade para 6.543 vagas, frente a uma ocupação de 3.194 vagas. Registrou preocupação com a reabertura da fronteira, posto que os cenários indicam que, possivelmente, ocorra um novo aumento de pessoas nos abrigos, mas que, com o plano de contingência que está sendo organizado por todos os atores da Acolhida, acredita que, num primeiro momento, terá condições de prestar assistência emergencial às pessoas que já entraram. Dos grupos de pessoas que estão abrigados hoje, 1.139 são grupos familiares, 693 são mulheres chefes de família, 78 são pessoas idosas chefes de família e 906 são indígenas. Informou que foi desenvolvida uma ferramenta gerencial, ainda em fase de aprimoramento, cujo *link* de acesso será repassado pela Secretaria-Executiva do Comitê Federal de Assistência Emergencial, que permite fazer o acompanhamento da ocupação dos abrigos, da quantidade de vagas e do perfil das pessoas abrigadas, incluindo aquelas com alguma necessidade específica. Outras ações programadas até fevereiro de 2021 incluem a revisão do Plano do Eixo Acolhimento; a atualização das regras de convivência nos abrigos; o planejamento de cursos nos abrigos, em articulação com o ACNUR e outros parceiros; a articulação com o Ministério da Educação, para organizar o acesso dos migrantes e refugiados abrigados ao Programa Novos Caminhos; a articulação com o Ministério da Saúde e superintendências estaduais, para apoio aos migrantes e refugiados nos territórios em que serão



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

interiorizados. Tais ações incluem a renovação do Acordo de Cooperação do Ministério da Cidadania com o ACNUR e atualização do Plano de Trabalho, e a tramitação de um Acordo de Cooperação entre o Ministério da Cidadania e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) para apoio às ações nos serviços de acolhimento em Roraima e para interiorização. Informou ter sido feito o mapeamento de rede de serviços nos municípios para apoiar a interiorização. Mencionou ações ligadas ao Ministério da Cidadania, realizada em 2020, como o cofinanciamento de três casas lares em Roraima, duas em parceria com o Governo Estadual e uma em Pacaraima/RR, para acolhimento de crianças e adolescentes venezuelanas desacompanhadas da família; apoio técnico para as redes de assistências social que acolhem migrantes e refugiados, em parceria com a OIM, o ACNUR e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); cofinanciamento para estados e municípios para acolhimento de imigrantes que se deslocaram espontaneamente, direto para acolhimento de demandas espontâneas e ações para apoio às ações socioassistenciais de enfrentamento à COVID-19. Em seguida, passou à apresentação das ações em andamento no âmbito do **Subcomitê Federal para Interiorização**. Dentre essas ações, destacou a revisão do Plano de Interiorização; a diagramação do Guia da Estratégia de Interiorização; a elaboração da minuta de protocolo, ou normativo similar, para formalização do que, preliminarmente, estão sendo chamados de Núcleos Regionais de Interiorização (Nurins), identificação de 900 entidades para apoio aos migrantes e refugiados interiorizados; a programação de reuniões com as redes identificadas e gestores locais e o cadastramento de migrantes e refugiados abrigados no Sistema Acolhedor, com vistas à interiorização. Destacou o processo de elaboração de duas publicações para orientação das redes quanto à acolhida e acolhimento nos locais de interiorização, fruto de parceria entre o MC, o MMFDH e o ACNUR: a) Guia de Referência para atendimento à população indígena refugiada e migrante, e b) Proteção comunitária de grupos vulneráveis. Está sendo articulada uma pesquisa sobre a matriz de monitoramento de deslocamento, focada nos municípios cofinanciados pelo MC e com atuação da FUNAI, para buscar o perfil da população venezuelana indígena. Acrescentou que o MJSP está elaborando uma cartilha voltada para os venezuelanos de origem indígena, com orientação sobre documentação, renovação de residência, inclusive em áudio e Warao. Em dezembro foi aditivado o Protocolo de Intenções para ampliação da estratégia de interiorização, sendo subscrevente a Confederação Nacional de Municípios (CNM) com ações em articulação com a Secretaria de Governo da Presidência da República, tais como a elaboração de indicadores e ferramenta para acompanhamento das ações de interiorização, a revisão da cartilha Campanha +humana e a revisão das metas não cumpridas em 2020 em razão da pandemia, uma delas a realização de seminários regionais com gestores locais. Disse que o Painel Estratégia de Interiorização já está disponível, esclarecendo que se trata de uma iniciativa conjunta MC, OIM e ACNUR. O painel permite acompanhar para qual município migrantes e refugiados venezuelanos foram interiorizados, faixa etária, perfil



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

profissional e outros. Destacou que as informações do painel estão coerentes com as do Boletim elaborado em parceria com a OIM. Atualmente mais de 630 municípios receberam migrantes e refugiados venezuelanos e mesmo com a pandemia manteve-se a média de 1.000 a 1.200 interiorizados/mês. Trouxe como ponto a ser apreciado pelo CFAE a possibilidade de realizar a interiorização pela segunda vez para uma mesma pessoa, principalmente em Manaus, de migrantes e refugiados que foram interiorizados de Roraima para o Amazonas. Num primeiro momento, isso não havia sido aprovado, mas agora está sendo proposto que se avalie a possibilidade de atender esses imigrantes para casos graves de saúde, casos relacionados a tráfico de pessoas, violência baseada em gênero, exploração laboral ou reunificação familiar, segundo critérios específicos a serem estabelecidos para avaliação de cada situação. Está em discussão com a SE/CFAE a possibilidade de realizar um estudo para implantação dos “Nurins” para as 26 capitais.

3) Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes: Luana Gonçalves Gehres, do Ministério da Saúde, informou que as ações do órgão estão sendo reestruturadas, que a força-tarefa foi reativada, que estão sendo revistos os pontos focais das superintendências estaduais para dar apoio aos possíveis “Nurins” e que estão sendo acompanhadas as ações de saúde junto aos demais Subcomitês. Disse ter havido uma troca grande na equipe do Ministério da Saúde, incluindo representantes no âmbito do CFAE e suas instâncias, e que, neste momento, as ações estão sendo reestruturadas, buscando mais informações para continuar prestando esse apoio e revendo os fluxos das ações de saúde em geral. Em seguida, o **Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco,** solicitou permissão para fazer algumas considerações sobre o Ministério da Cidadania, por ter participado da gestão municipal em Roraima. Com relação à parte de educação, que é um trabalho integrado do MC com o MEC, sugeriu aperfeiçoar a tramitação do processo de transferência escolar, de modo a facilitar a matrícula do aluno no município em que foi interiorizado. Com relação ao apoio das superintendências estaduais, lembrou que é mais no aspecto de articulação, uma vez que a gestão local é dos municípios e do estado. Por último lembrou que venezuelanos indígenas não são da governança da SESAI, e sim dos próprios estados e municípios, sendo atendido por intermédio do SUS. **4) Área de Proteção e Cuidados – APC/Covid-19: Coronel Carlos Alexandre de Souza, Chefe do Estado Maior Conjunto da Força-tarefa,** na qualidade de representante do Coordenador Operacional, General Antonio Manoel de Barros, iniciou sua apresentação comentando que no início da pandemia as ações da Coordenação Operacional em Roraima mantinha em suas instalações cerca de 12 mil venezuelanos. Com a falta de estrutura e outras questões do Estado, fez com que a Coordenação Operacional do CFAE iniciasse monitoramento e isolamento dos casos conforme de COVID-19 no âmbito da Operação Acolhida para não extravasar para a população local. Foram traçados diversos protocolos visando não deixar que a pandemia se instalasse ou tivesse foco nas instalações da Acolhida. Esses protocolos foram, de uma maneira muito rápida, colocados em prática nos abrigos. Dessa junção



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

de fatores, a quantidade de venezuelanos, a pandemia se instalando e a situação do Estado, houve um esforço a partir de 14 de março, com uma série de reuniões com os parceiros da Acolhida, no intuito de se montar um plano emergencial. Esse plano foi permanentemente atualizado e enviado para os entes interessados. Como resultado desse esforço, menos de 4% do total dos venezuelanos abrigados foi acometido da Covid-19. Ao apresentar uma visão geral da Área de Proteção e Cuidados, esclareceu que a Área de Proteção é uma espécie de área de isolamento, que foi capacitada para atendimento de até mil pessoas. Destacou que o dimensionamento das instalações foi feito com base em estudos epidemiológicos, que constam do Plano de Contingência. Acrescentou que, felizmente, devido à própria existência de uma área destinada a tratar da epidemia, essas necessidades que estavam previstas nos estudos epidemiológicos não se confirmaram. A propósito da Área de Cuidados, informou terem sido prestados serviços para cerca de 6 mil pessoas, sendo que somente 11% desse efetivo era de venezuelanos. Destacou também, como fator de êxito, que nessa área de atendimento ocorreram 60 mortes, sendo 39 decorrentes de Covid-19, ou seja, pouco mais de 3% de mortalidade nas instalações da Operação Acolhida. No conjunto da Área de Proteção e Cuidados, formada pela Área de Cuidados, Unidade Básica de Saúde e Área de Proteção, foram atendidas cerca de 13 mil pessoas, desde a abertura até o encerramento das atividades. Ainda em relação à Área de Cuidados, informou terem sido realizadas cerca de 1.200 internações, sendo pouco mais de 200 de indígenas, ou seja, 18% desse total. Apresentou os percentuais de atendimentos de venezuelanos indígenas por etnia e a particularização que foi feita nas enfermarias, com material específico para tratamento desse público. Em relação ao final do processo, comentou que as altas eram feitas com acompanhamento psicológico e com a presença dos familiares, o que incluiu lideranças indígenas e lideranças locais, beneficiadas pelo atendimento na Área de Cuidados. Quanto à proposta de legado da Área de Proteção e Cuidados, apresentou uma visão geral dos contratos que estão sendo finalizados, num total de 21 contratos, correspondentes, em termos de infraestrutura, e funcionamento. Ainda em relação à proposta de legado da Área de Proteção e Cuidados, elencou os principais aspectos da transição da Área de Cuidados para o Estado de Roraima: a) em 30 de setembro, encerraram as internações na Área de Cuidados; b) a partir de novembro, ocorreram reuniões das comissões da Força-Tarefa Logística Humanitária e da Secretaria de Estado de Roraima para viabilizar as condições da possível transição; c) não haverá sub-rogação de contratos. Para uso das instalações, o Estado de Roraima deverá firmar outros contratos com as empresas prestadoras de serviços; d) poderá ser realizado empréstimos de materiais e insumos para a Secretaria de Saúde do Estado, mediante solicitação; e) em 15 de dezembro, foram encerrados os principais contratos da prestação de serviços com a Força-Tarefa Logística Humanitária; e f) a Área de Proteção foi transformada no Abrigo Pricumã, destinado aos venezuelanos com maiores vulnerabilidades. **5) Informes Gerais – Secretaria-Executiva do CFAE: o Subchefe**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Adjunto Executivo da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Ronaldo Navarro, informou que foram implementadas, no segundo semestre de 2020, as Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação, do Comitê Federal de Assistência Emergencial. A Assessoria de Comunicação procurou, durante esses últimos meses, alinhar o fluxo de comunicação com as Assessorias de Comunicação dos Ministérios; ampliar a comunicação das ações da Coordenação Operacional do CFAE, Força-tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida) como um todo e de cada setor; e alinhar a comunicação com os organismos internacionais e organizações da sociedade civil, de modo a divulgar e alinhar as ideias-forças de comunicação da ação do governo brasileiro. Por sua vez, a Assessoria da Gestão Informação realizou quatro oficinas de trabalho, procurando elaborar um diagnóstico da gestão da informação. Posteriormente, fez a identificação de vários macroprocessos, de forma a propor ações para o aperfeiçoamento da gestão da informação. Lembrou que o Comitê Federal de Assistência Emergencial renovou o Termo de Cooperação com a Prefeitura de Boa Vista, permitindo o atendimento da Unidade Básica de Saúde, da Área de Proteção, até 31 de dezembro de 2020. Informou ter sido iniciado grupo de discussão sobre venezuelanos indígenas, tendo sido realizadas ações *in loco* com a participação de alguns ministérios para buscar estratégias de inserção socioeconômica por meio de interiorização ou de uma nova estratégia, por ser um público-alvo diferenciado. A propósito da reestruturação da Operação Acolhida, disse estar aguardando a atualização dados no Ministério da Defesa e atualização do Plano de Reestruturação pela Coordenação Operacional do CFAE - Força-tarefa Logística Humanitária (Operação Acolhida) e que esse assunto será tratado pela Casa Civil da Presidência da República, no momento oportuno, incluindo divulgação das informações dessas ações para mídia nacional e internacional. Quanto ao Protocolo de Intenções, informou ter sido assinado um novo documento junto à Confederação Nacional de Municípios (CNM), com o objetivo de fortalecer a estratégia de interiorização. Disse também que, em 2020, em razão da Covid-19, as reuniões dos Subcomitês Federais foram conjuntas, mas que a partir de janeiro de 2021 serão retomadas no formato anterior, para cada subcomitê federal e com a participação da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República – responsável pela SE/CFAE, para facilitar as articulações necessárias entre os ministérios e as organizações envolvidas. Em seguida, o **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, informou que a ata da reunião seria encaminhada via ofício pelo Subchefe Adjunto Executivo, Ronaldo Navarro, para contribuições dos membros do CFAE, informou que a próxima reunião está prevista para fevereiro de 2021. Ao final, o **Secretário-Executivo da Casa Civil, Sérgio José Pereira**, agradeceu a colaboração e parabenizou a todos pelo trabalho desenvolvido durante o ano, pelo empenho e pelos resultados obtidos, num ano particularmente difícil. Desejou a todos um feliz Natal e um próspero Ano Novo. Agradeceu mais uma vez e encerrou a reunião.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Brasília/DF, 18 de dezembro de 2020.